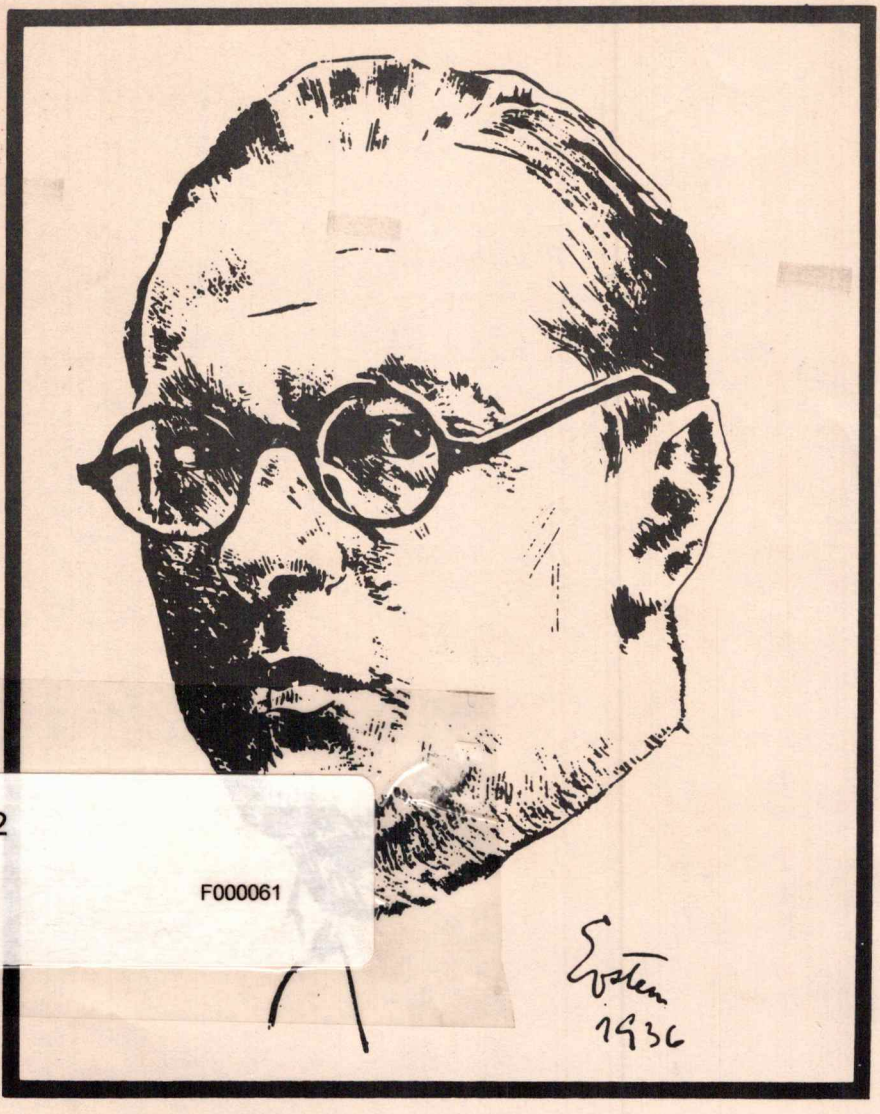
Dados Biográficos de Lindolfo Collor



029
0122
989
F000061

BRASÍLIA 1989

FARN

FARN

DADOS BIOGRÁFICOS DE LINDOLFO COLLOR

Nasceu LINDOLFO LEOPOLDO BOECKEL COLLOR a 4 de fevereiro de 1890, no pequeno aglomerado urbano de São Leopoldo, formado pelos agricultores alemães atraídos ao Rio Grande do Sul pelo plano de colonização de D. Pedro I, cuja primeira esposa, a princesa alemã D. Leopoldina de Leuchtemberg, inspirou o nome da aldeia que ali brotou nas primeiras décadas do século passado.

Seus pais, João Boeckel e Leopoldina Schreiner, luteranos, eram descendentes dos primeiros alemães que aportaram ao Brasil no começo do século passado. Entretanto, o nome do avô de LINDOLFO, Konrad Boeckel, não aparece nas listas dos colonos que viajaram então para o Rio Grande. De acordo com pesquisas feitas no local de origem, procedia ele da Alsácia, a esse tempo província alemã, e descendia de uma família de vinhateiros da região de Mittelbergheim. Consta que, em conseqüência de rixas políticas, tiveram que se expatriar dois irmãos Boeckel, Konrad e Ludwig. Este seguiu para os Estados Unidos e Konrad para o Rio Grande do Sul, fixando-se nos arredores de São Leopoldo, para onde já se dirigiam tantos compatriotas.

Seu filho João Boeckel dedicou-se ao ofício de sapateiro e, dono de fortes pendores musicais, formou com um dos irmãos um quarteto musical que animava as festas da redondeza e lhe proporcionava um suplemento em seus escassos recursos.

Tinha o pequeno LINDOLFO ainda poucos anos quando perdeu o pai. Pouco depois sua mãe mudou-se com os três filhos, Alcides, Elvira e LINDOLFO, para São Gabriel da Estrela, hoje Setembrina, onde tornou a casar-se com um alemão nato, que havia sido dono da linha de navegação do Rio Caí, João Antonio Collor. Dessa união não nasceram filhos. Tomou-se o padrasto de grande afeição pelo menino, a quem se empenhou em dar a melhor educação que pôde.

Como penhor de gratidão e de afeto, desde jovem acrescentou LINDOLFO o sobrenome do padrasto ao do pai.

Escreveu o Pe. Luiz Gonzaga Jaegger, S. J., do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, num resumo da vida de LINDOLFO COLLOR, editado pelo Departamento Regional do SENAI do Rio Grande do Sul (Escola LINDOLFO COLLOR): "Contou-nos há poucos dias o velho major Artur Toscano que, presidindo, certa vez, como Inspetor da 1ª Região Escolar, uns exames da escola pública primária da Barra do Ribeiro, da qual era aluno LINDOLFO, ficou impressionado com o desembaraço e as respostas prontas e exatas do pequeno Boeckel, sobretudo em Português e em História. Falando ao mestre-escola, observou-lhe ser uma pena que um menino tão inteligente perdesse seu tempo numa escola onde já não podia aprender mais nada. Chamando o menino, parabenizou-o e perguntou-lhe se não desejava continuar os estudos em um meio melhor: – Isso depende do papai, foi a resposta do rapazinho".

Só alguns anos mais tarde, entretanto, já casada sua irmã Elvira e residindo em Porto Alegre, teve ele possibilidades de transferir-se para a Capital, onde tirou os preparatórios, provavelmente como aluno do Prof. Emílios Meyer.

Em 1906, aos 15 anos, é confirmado pelo bispo da Igreja Episcopal do Brasil em Porto Alegre. Em março desse ano havia ingressado no Seminário dessa mesma Igreja na cidade do Rio Grande, onde permaneceu até o ano seguinte, 1907. A esse tempo publica seus primeiros livros de versos e paralelamente colabora com artigos e poesias de inspiração apostólica no semanário "O Estandarte Cristão". Torna-se membro militante da "Legião da Cruz", o que o faz iniciar a pregação do Evangelho na cadeia pública da cidade do Rio Grande e acompanhar em viagens missionárias o Rev. Américo Vespúcio Cabral, pároco da Igreja da Trindade em Porto Alegre. Em 1907 trabalha numa Escola Dominical da igreja da Trindade, na Cidade Baixa, em Porto Alegre, e ensina Português na Associação Cristã de Moços. Dirige uma classe de ensinos bíblicos na Igreja da Trindade e se torna membro da direção de um Boletim Mensal da mesma Igreja.

Deixando o Seminário Episcopal, LINDOLFO forma-se em Farmácia, profissão muito procurada àquela época por rapazes de poucos recursos. Sendo essa, entretanto, uma atividade muito diversa da sua vocação, nunca a exerceu, e, obedecendo à sua vocação, transferiu-se, pouco depois, para Bagé, onde trabalhou durante um ano no jornal "O Dever", de Adolfo Dupont. Em 1907 e 1909

FARN

publicou seus primeiros livros, todos de versos: "Bosque Heleno", "Orquestração de Luz", "Caminho de Flores" e "Poema dos Matizes", dedicado este último ao poeta gaúcho Zeferino Brasil, com as seguintes palavras: "A Zeferino Brasil, Mestre e Amigo, esta pedra fundamental do meu edifício literário".

Em 1911, aos 21 anos, seguiu para a Capital da República levando apenas uma carta de recomendação para João Lage, proprietário de "O Paiz". O início de sua carreira jornalística no Rio está relatado no artigo que, em 1942, na semana seguinte ao seu falecimento, escreveu João Luso: "Não havendo vaga na redação de "O Paiz", trabalhou como colaborador do jornal, onde publicou entrevistas sobre teatro nacional com autores, críticos, jornalistas e homens de letras. Abria a série uma entrevista com Coelho Neto, de quem se fez grande amigo e cuja casa passou a freqüentar nos saraus semanais em que o poeta reunia as estrelas literárias do tempo".

Pouco depois entrava COLLOR, pela mão de João Luso, para a edição da tarde do "Jornal do Comércio", ao tempo uma das folhas de mais difícil acesso no Rio. Começou então a escrever sobre o assunto de sua predileção, a política, em folhetim semanal por ele lançado, "O Meu Sábado". A esse propósito escreveu João Luso: "Logo na primeira crônica se definiu o seu feitio de combatente. Precisava de batalhar, por isto ou contra aquilo, mas, coisa rara naquela idade, não se inflamava, não se excedia nos conceitos, não se desmandava no estilo. Esta foi sempre, de fato, uma das suas características mais constantes como escritor, como político, como homem privado: o equilíbrio, o espírito de justiça, a sinceridade de atitudes, o cuidadoso manejo das palavras".

Em 1913, paralelamente a estas atividades jornalísticas, entrou COLLOR para o quadro de funcionários do Jardim Botânico e exerceu funções no Gabinete do Ministro da Agricultura.

Logo que se transferiu para o Rio, COLLOR morou algum tempo em Niterói, mas em seguida fixou-se no então Distrito Federal, em casa de um casal espanhol, Tomasa e Gregório Landeira, pertencente este ao corpo de funcionários da Companhia de Seguros Sul América, com sede em Madri. O casal Landeira privava da amizade de uma compatriota, Maria Eugênia Sanchez Dias, casada com o jornalista Luiz Bartolomeu de Souza e Silva e mãe de uma moça que aos Landeira parecia ser a esposa ideal para LINDOLFO, pela beleza e fina educação que possuía. Insistia D. Tomasa em

convidar seu hóspede para, juntos, visitarem a família Bartolomeu de Souza e Silva, quando, um belo dia, ouviu dele uma resposta inesperada: "Eu ontem vi a moça com quem desejaria casar-me!" COLLOR não soube responder de quem se tratava. Havia visto na rua uma linda jovem, que acompanhou de longe para saber onde morava. Com espanto e alegria, constatou D. Tomasa Landeira ser exatamente aquela a moça que desejavam aproximar do seu jovem amigo. Dentro de alguns meses, a 19 de fevereiro de 1914, realizava-se o casamento de LINDOLFO com Hermínia de Souza e Silva. A formalidade do pedido em casamento foi feito ao pai da noiva por um amigo chegado, o escritor gaúcho Alcides Maya, que pouco depois viria a ser deputado federal pelo Rio Grande do Sul e membro da Academia Brasileira de Letras.

Desde janeiro de 1914 começara COLLOR a trabalhar na redação de "A Tribuna", jornal de que eram proprietários seu sogro e o senador mato-grossense Antônio Azeredo, que se tornaria mais tarde presidente do Senado.

Seus primeiros artigos em "A Tribuna" ocupavam o espaço de uma coluna, a que ele dava o título de "Pela Ordem".

Por essa época escreveu COLLOR seu terceiro e último livro de versos, "Elogios e Símbolos", causa de uma séria desavença entre o autor e o crítico literário Gilberto Amado. Encontrando-se os dois na rua do Ouvidor, COLLOR interpelou-o por suas críticas deselegantes. A discussão acalorou-se e houve troca de empurrões que jogaram ao chão Gilberto Amado. Este, sacando do revólver, alvejou seu contendor, que já se afastava, indo os tiros encravar-se na fachada da Livraria Garnier, ponto de reunião de escritores e intelectuais da época. Possivelmente porque lhe houvesse pesado o excesso que, fora dos seus hábitos, cometera, ou porque concordasse que não era a poesia o caminho para o seu belo talento, resolveu COLLOR retirar das livrarias todos os exemplares dos seus livros de versos e não tornou a escrever outros.

Já depois de casado, em 1917, formou-se no Rio de Janeiro, pela "Academia de Altos Estudos Sociais, Políticos e Econômicos", que teve vida breve.

Nesse mesmo ano, a 15 de maio de 1917, a propósito de uma tentativa de legislação social recomendada em mensagem à Câmara dos Deputados pelo presidente Delfim Moreira, ainda na "Tribuna" COLLOR publicou um artigo com o título "Questão Social", onde

já demonstrava sua clara compreensão do problema. São de COLLOR, então com 27 anos de idade, estas palavras:

> "Engana-se profundamente quem supuser que, dentro da nova ordem de coisas que nasce com o fim da luta das potências (o fim da 1ª Guerra Mundial), seja possível ainda ir eludindo a verdadeira situação do proletariado e adiando sua definitiva incorporação moral e econômica na civilização ocidental... A consciência do mundo está amadurecendo para a reforma social... O que é preciso é dar aos operários leis civis adequadas às suas necessidades nos diversos meios".

Em 1919 foi agradavelmente surpreendido LINDOLFO COLLOR por um convite do Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense, com quem parece que não tinha ainda as relações de amizade que mais tarde os ligaria, para tomar parte na direção de "A Federação", órgão oficial do Partido e o maior jornal do Estado.

Não desejando perder a colaboração e a companhia do jornalista de valor que era seu genro, a quem já dedicava boa amizade, Luiz Bartolomeu ofereceu-lhe participar como sócio da sua empresa, a editora "O Malho". Mas, fiel às aspirações do seu espírito público, COLLOR se transfere para Porto Alegre com a esposa e as duas filhas pequenas.

Precedeu-o, na redação de "A Federação", uma recomendação do velho e respeitado chefe republicano: "Aí vai um patrício ilustre, LINDOLFO COLLOR. Recebam-no bem". Relata o Pe. Jaegger: "Os redatores entreolharam-se e um deles indagou: – O que é que ele é? – Parece que é farmacêutico, respondeu um outro. A dúvida inicial acerca do recém-chegado em breve trocou-se por admiração: volvido um ano, contando COLLOR apenas 30 anos, já era diretor do jornal".

Sua estréia na política se daria em 1921. Eleito deputado estadual, integrou a Assembléia Legislativa gaúcha ao lado de João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, onde, como relator da Comissão de Orçamento, apresentou brilhantes pareceres.

Estava COLLOR na direção de "A Federação" quando houve, no Rio Grande, em 1922-23, renhida campanha eleitoral entre os dois partidos que desde a Revolução de 1893 vinham se defrontando: "O Libertador", que apoiava a candidatura de Assis Brasil à sucessão estadual, contra a do Dr. Borges de Medeiros, presidente

do Estado há 20 anos e presidente do "Partido Republicano Rio-Grandense". Esta luta eleitoral transformou-se em protesto armado depois de mais uma reeleição de Borges de Medeiros. O Estado do Rio Grande do Sul era a única unidade da Federação cuja Constituição, baseada nas idéias de Augusto Comte, permitia a reeleição dos seus governadores. As notícias a respeito dos combates que se sucediam no interior do Estado eram afixadas nos "placards" dos dois principais jornais de Porto Alegre, que ficavam quase fronteiros no centro da cidade: "O Correio do Povo" e "A Federação", defendendo aquele o partido "Libertador", dos assisistas ou maragatos; e "A Federação", órgão oficial do "Partido Republicano", apoiando os borgistas ou "pica-paus".

Formavam-se ali agitadas aglomerações que comentavam cada notícia com entusiasmo ou com animosidade, a ponto de provocar constantemente a intervenção dos cavalarianos da Brigada Militar. Nessas ocasiões o diretor de "A Federação" vinha à sacada do prédio e dirigia a palavra aos manifestantes exaltados, testemunhando, assim, sua decisão e coragem pessoal nunca desmentidas, nesse como em outros momentos de sua vida pública.

Com a Revolução de 1893, também esta, de 1923, só terminaria com a mediação do governo federal; o ministro da Guerra, gal. Setembrino de Carvalho, natural do Rio Grande do Sul, foi enviado a Porto Alegre para negociar a assinatura do Tratado de Pedras Altas, que pacificou os espíritos, tornando inelegível, daí por diante, o governador do Estado.

Em 1924, quando da vitória eleitoral de Arthur Bernardes para a Presidência da República, COLLOR estava ainda na direção de "A Federação". O governo estadual se posicionara em favor da candidatura de Nilo Peçanha em oposição à de Bernardes, também combatida pelo grupo de tenentes revolucionários que se deslocava pelo Sul do Brasil em suas marchas de protesto contra o governo federal. Mas, depois de eleito Bernardes, o governador Borges de Medeiros resolveu sensatamente aceitar a decisão das urnas e, nesse sentido, orientou o diretor de "A Federação", que escreveu um artigo assegurando ao novo Presidente da República o apoio político do Rio Grande do Sul. Esse artigo, intitulado "Pela Ordem", a mesma rubrica sob a qual publicara COLLOR seus primeiros artigos em "A Tribuna" do Rio, atraiu para seu autor o desagrado dos tenentes revoltosos. Isto valeria mais tarde sérias dificuldades a LINDOLFO COLLOR no seu desempenho como ministro

FARN

do Trabalho, quando os mesmos tenentes passaram a exercer influente presença política depois de haver apoiado a Revolução de outubro de 1930.

Eleito deputado federal em 1924, voltou ao Rio de Janeiro, onde assumiu o posto de redator-chefe de "O Paiz". Membro da Comissão de Finanças da Câmara, escreveu numerosos artigos sobre a estabilização da moeda, sobre o problema do padrão ouro e, já então, sobre a transformação da moeda nacional em cruzeiro. Como presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados pronunciou vários discursos que seriam reunidos em dois volumes com os títulos: "No Centenário de Solano Lopez" (Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1926) e "O Brasil e a Liga das Nações" (Imprensa Nacional, 1926). No prefácio do primeiro define o autor sua posição em face do assunto: "Se uma fórmula fosse cabível para a expressão sintética do meu pensamento, não seria outra senão esta – a solidariedade política baseada na verdade histórica". Rebelava-se COLLOR contra a campanha de reabilitação moral e cívica de Lopez, "que significa implicitamente um agravo ao nosso país pela culpa que se nos atira de havermos provocado a guerra, arruinando aquela República (o Paraguai)". O segundo contém comentários em torno da candidatura do Brasil a um posto permanente no Conselho da Liga das Nações, que LINDOLFO COLLOR defendia.

No princípio do ano de 1925 integrou COLLOR a Embaixada Especial que, chefiada pelo então senador Lauro Müller, representou o Brasil nas solenidades comemorativas do 1º Centenário da Independência do Uruguai. Voltando ao Brasil, apresentou à Câmara dos Deputados pareceres sobre o Convênio, assinado em Montevidéu a 30 de março, e sobre o protocolo adicional que o acompanhou a seguir. O Convênio estatuía "regras práticas de vigilante amizade e de recíproca cooperação das Altas Partes Contratantes em caso de alteração da ordem nos seus respectivos territórios". Esses pareceres, juntamente com discursos em defesa do Convênio e a propósito da missão no Uruguai, foram depois enfeixados em volume com o título "O Convênio de Montevidéo" (Imprensa Nacional, 1925).

Em 1926, foi COLLOR reeleito para a Câmara Federal, tendo sido então o deputado proporcionalmente mais votado no Brasil.

Em seguida, visitou a bacia do Prata e o Chile, convidado a pronunciar conferência no auditório de "La Prensa", de Buenos Aires, e na Universidade do Chile.

Em 1928, fez parte de delegação brasileira, chefiada pelo senador Raul Fernandes, à VIª Conferência Panamericana reunida em Havana, onde, em nome dos colegas congressistas, pronunciou um discurso sobre José Martí, o herói nacional cubano. Em julho do mesmo ano participou também da Conferência Inter-Parlamentar de Comércio, em Paris.

Em 1929, foi um dos fundadores da "Aliança Liberal", movimento político iniciado pelo presidente de Minas, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, para, em oposição à candidatura oficial de Júlio Prestes, pleitear a sucessão presidencial para o Rio Grande do Sul na pessoa de seu presidente, Getúlio Vargas. Coube a COLLOR redigir o Manifesto da "Aliança Liberal", e em seguida foi-lhe confiada a direção do jornal "A Pátria", no Rio, onde seus editoriais, assinados com o pseudônimo "Gil Pereira", eram a voz da campanha aliancista.

Na Câmara Federal teve como companheiros novamente Getúlio Vargas e João Neves da Fontoura, e os três se revezaram na liderança da bancada gaúcha. Nessa posição teve COLLOR sobradas ocasiões de reafirmar o seu talento oratório. Entre seus brilhantes discursos marcou época uma oração pronunciada no dia seguinte ao assassinato de João Pessoa, em Recife, e que começava com estas palavras: "Presidente da República, que fizeste do Presidente da Paraíba?" Aquele acontecimento lamentável, sublinhado pelo comentário oportuno e inteligente de COLLOR, foi o estopim da rebeldia contra a eleição de Júlio Prestes e, desfazendo a indecisão do Rio Grande do Sul quanto à oportunidade de uma atitude e intransigência, precipitaria o início da rebelião armada de 1930.

No encerramento da Campanha da "Aliança Liberal" o candidato oposicionista, Getúlio Vargas, leu sua plataforma de governo. Esse documento, redigido por LINDOLFO COLLOR, continha, entre outros pontos do programa a ser cumprido, a promessa da elaboração e uma legislação trabalhista. Com isso sairiam da alçada policial as questões surgidas entre o capital e o trabalho e o operariado brasileiro teria seus direitos assegurados.

Quando estourou a revolução, a 3 de outubro de 1930, estava COLLOR em Porto Alegre. Junto a Oswaldo Aranha participou da tomada do Quartel General, onde foi aprisionado o comandante da Região Militar, general Gil de Almeida. Dias depois, deslocava-se para Buenos Aires incumbido de adquirir armas para as forças re-

beladas e de obter o reconhecimento do governo revolucionário a ser instalado do Brasil.

A 24 de outubro, vitoriosa a revolução com a sublevação da guarnição do Rio de Janeiro e deposto o presidente Washington Luiz, ocupou o Governo da República uma Junta Provisória, da qual fazia parte o general Tasso Fragoso, a chamado de quem regressou COLLOR ao Brasil em 27 de outubro.

Na organização do Governo Provisório COLLOR recusou o convite do chefe do Governo, Getúlio Vargas, para ocupar outra pasta ministerial e afirmou que só aceitaria a do Trabalho, a ser fundada em cumprimento ao que fora anunciado pela "Aliança Liberal". Em vista da tendência de Vargas para, pelo menos, retardar o cumprimento daquela promessa de campanha, COLLOR afirmou que, nesse caso, ficaria fora do governo. Demonstrou, com essa atitude, não só seu autêntico empenho em promover o reconhecimento do valor social das classes trabalhadoras, como seu desinteresse em meramente ocupar um cargo de governo. Um mês depois, instado por Flores da Cunha e Batista Luzardo, já nomeado chefe de Polícia do DF, concordou Vargas com as ponderações que lhe faziam aqueles dois companheiros, a quem respondeu textualmente: "Está bem. Vou fundar esse ministério para aquietar o alemão".

A elaboração da legislação social brasileira, a primeira na América do Sul, pode ser considerada, de acordo com o ex-reitor da PUC, Pe. Ávila, o maior avanço social depois da abolição da escravatura. Para estruturá-la foi grande a luta de COLLOR; teve que enfrentar os comunistas, que contavam com as injustiças sociais para levar o pova à revolta e seu partido ao poder. E teve que vencer a animosidade de alguns de seus companheiros revolucionários, sobretudo os "tenentes", membros do "Club 3 de Outubro", que não davam apoio ao seu trabalho. Já com as classes patronais, de onde mais naturalmente se poderia esperar uma oposição à legislação trabalhista, parece que o primeiro Ministro do Trabalho não enfrentou grandes dificuldades. Em seu livro de memórias "Retalhos do Passado" (A. Coelho Filho Branco, Rio, 1949), o Prof. Joaquim Pimenta, conhecido ativista e líder operário em Pernambuco e um dos melhores colaboradores de LINDOLFO COLLOR no Ministério do Trabalho, acentua esse aspecto realmente inédito. Outro grande colaborador de COLLOR foi Evaristo de Moraes, primeiro Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, que deixaria esse cargo no mesmo dia da renúncia de COLLOR, em 1932.

Também foram seus fiéis e eficientes companheiros de jornada Agripino Nazaré, Carlos Cavaco, Heitor Moniz e Horácio Cartier, além do diplomata Heitor do Nascimento Silva que, havendo prestado valiosos serviços junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, foi cedido pelo Ministério de Relações Exteriores para auxiliar na formação do novo Ministério.

A passagem de COLLOR pelo Ministério do Trabalho durou apenas 15 meses, de dezembro de 1930 a março de 1932, durante os quais redigiu toda a estrutura da nossa legislação social, a primeira da América do Sul. Norteou-se COLLOR pelas legislações trabalhistas francesa e polonesa e, dentro de um esclarecido ecumenismo, pela Encíclica Rerum Novarum, de Leão XIII. COLLOR elaborou 12 decretos-leis acompanhados de Exposição de Motivos que apontam a sua oportunidade em face da evolução do pensamento de proteção ao operariado em todos os países mais adiantados do mundo. Esses documentos perderam-se na mudança do Ministério do Trabalho do Rio para Brasília. Só dois ou três originais dos decretos-leis assinados por Vargas e COLLOR estão hoje conservados na Biblioteca do Ministério do Trabalho em Brasília. Quanto às leis elaboradas por COLLOR, com as respectivas Exposições de Motivos, consideradas pelos seus raros conhecedores como peças antológicas, existem, também, na mesma Biblioteca, enfeixados numa publicação intitulada "Legislação Social Trabalhista – Coletânea de decretos feita por determinação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e organizada pelo Bel. Alfredo João Louzada, do Departamento Nacional do Trabalho". Dessa edição, datada de 1933, quando era ministro do Trabalho Salgado Filho, sucessor de COLLOR, só restam hoje poucos exemplares.

Em 1976, numa conferência pronunciada em São Leopoldo num Simpósio sobre a Colonização Alemã, seu conterrâneo e amigo Viana Moog compara a ação de LINDOLFO COLLOR no governo Vargas à de José Bonifácio no Ministério de Pedro I, que também teve curta duração. É de Viana Moog esta referência:

> "Proclamada a Independência, afastado José Bonifácio do Ministério, onde permaneceu apenas 14 meses, dois meses menos do que COLLOR, mas o bastante para que construísse um Império, durante muitos anos ninguém falou mais nele. Radicais da esquerda votaram-no ao ostracismo e ao exílio. Havia sempre punhos cerrados e ranger de dentes a ameaçá-lo. E o silêncio se fechou em torno do Andrada. Historia-

FARN

dores, ensaístas, escultores, pintores e gravadores só tinham olhos para a glória de Pedro I".12S

Nesse mesmo ensaio, referindo-se ao ambiente que se criou depois da morte de COLLOR, diz Viana Moog:

> . . . "Tudo em torno dele tem sido silêncio. Um silêncio dificilmente explicável e identificável, não sei bem se em consequência da depressão que se faz em torno daqueles que em vida dão muito que falar de si, se do tipo de conspiração, hoje muito em voga, que decreta a morte civil dos vivos e dos mortos que não rezam pelas suas cartilhas"... Talvez seja oportuno lembrar aos conspiradores estas palavras de Lincoln:
> "Pode-se mistificar todo o povo durante algum tempo".
> "Pode-se mistificar parte do povo durante todo o tempo".
> "Não se pode mistificar todo o povo durante todo o tempo".

Um ano depois, no seu discurso de posse como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Mocg retoma essa tese em termos mais concisos:

> "COLLOR tinha-se mantido no Ministério de 26 de novembro de 30 a 4 de abril de 1932, isto é, um ano, quatro meses e nove dias, tempo para ele suficiente para armar e lançar os vigamentos da atual legislação social do Brasil. A não ser José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que em quase idêntico período construiu um Império, nenhum outro brasileiro levou a termo obra mais monumental em tão curto prazo".

Como já foi dito acima, COLLOR permaneceu no Ministério apenas 15 meses. Alinhado entre os que reivindicavam a volta do país a um regime legal, idéia que não contava com as simpatias do ditador e dos "Tenentes", deixou o Governo Provisório a 3 de março de 1932, dia imediato ao "empastelamento" do Diário Carioca" em revide à publicação de um artigo de J. E. de Macedo Soares apontando a necessidade da convocação de uma Constituinte. Diretamente envolvidos nesse ato de violência contra a liberdade de opinião, deixaram o governo no mesmo dia Maurício Cardoso, ministro da Justiça, e o chefe de polícia do Distrito Federal, Batista Luzardo, acompanhados também por João Neves da Fontoura, consultor Jurídico do Banco do Brasil. Viajaram para Porto Alegre na madrugada de 4 de março de 1932, no mesmo momento em que era levada ao Palácio Rio Negro, em Petrópolis, pelo Prof. Joaquim Pimenta, a carta de demissão do Ministro do Trabalho.

Daí em diante, e contando com o apoio de Flores da Cunha, puseram-se todos a preparar ativamente um movimento de reação à tendência ditatorial do Governo Provisório e passaram a articular-se com os dirigentes paulistas, desgostosos com o tratamento desairoso que a ditadura dispensava ao seu Estado.

A 9 de julho de 1932 irrompeu em Mato Grosso, sob a chefia do general Bertoldo Klinger, o movimento revolucionário que se alastrou rapidamente até São Paulo. A Frente Única do Rio Grande do Sul, constituída pela aliança de seus dois tradicionais partidos políticos, o Republicano e o Libertador, e representada pelo interventor Flores da Cunha, estava comprometida com a Frente Única paulista a acompanhar São Paulo nessa rebelião.

Inesperadamente, porém, pouco depois de iniciada a revolução, o Sr. Flores da Cunha colocou o Rio Grande ao lado do governo ditatorial, o que decidiu a sorte do movimento armado em favor do governo central. A explicação para esse gesto imprevisto, soube-se mais tarde, teria sido um diálogo entre Vargas e Flores, a esse tempo ainda apoiando a causa de São Paulo que achou por bem alertá-lo para as fortes probabilidades de vitória do Movimento Constitucionalista. Getúlio teria respondido àquela observação, de acordo com o próprio Flores da Cunha e com Daniel Krieger: "As tropas vitoriosas não me encontrarão aqui. Já decidi o que fazer...". Diante dessa perspectiva sombria o temperamento impetuoso e passional de Flores da Cunha ditou-lhe, certamente, a brusca decisão de colocar as forças da Brigada gaúcha ao lado do governo federal.

Burlando a vigilância policial que logo foi estabelecida em torno dos conspiradores, deixou COLLOR seu apartamento na Praça da Alfândega, em Porto Alegre, e foi reunir-se a um dos grupos sublevados, a coluna de "provisórios" comandada por Marcial Terra em Tupaceretan. Durante cerca de 40 dias com ela percorreu vários municípios rio-grandenses, dormindo muitas vezes ao relento com a sela do cavalo por travesseiro. Finalmente, em setembro, cercada a coluna Marcial Terra por tropas legalistas, foi este obrigado a capitular. Um dos oficiais da força vencedora acompanhou COLLOR até a fronteira, que atravessou em Paso de Los Libres levando consigo apenas a roupa do corpo.

Reunido a vários companheiros em Rivera, e depois em Buenos Aires, coube-lhe escrever, a 15 de outubro de 1932, um "Manifesto do Rio Grande do Sul, a São Paulo e à Nação, assinado também por Raul Pilla, Batista Luzardo e João Neves da Fontoura. Nesse documento impresso em folhetos que foram enviados sigilosamente ao Rio Grande do Sul está relatado todo o processo da

conspiração anterior à Revolução Constitucionalista de São Paulo e atribuída a responsabilidade do interventor no Rio Grande do Sul. A essa altura COLLOR já havia enviado uma carta ao amigo Flores da Cunha retirado o convite que lhe fizera para ser padrinho de seu terceiro e último filho, Lindolfo Jr.

No verão de 1933 esteve COLLOR na frente de operações de Guerra do Chaco, no Paraguai, e escreveu a respeito uma série de artigos publicados no Rio e em "La Prensa", de Buenos Aires.

Em 1934, representando a Companhia de Seguros "Sul América", da qual, havia anos, era um dos diretores, ao lado de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, passou seis meses em Lima, no Peru, a fim de tratar da venda da carteira daquela Companhia a uma seguradora de Quito, Equador.

Em 1934, depois de decretada pelo Governo Vargas a anistia, regressou ao Brasil e foi candidato à representação rio-grandense na Assembleia Constituinte, mas a atuação do governador do Rio Grande do Sul influiu sabidamente na derrota eleitoral que COLLOR então sofreu. Voltou depois a residir no Rio de Janeiro e durante todo o ano de 1935 tornou a ocupar seu cargo de direção da "Sul América".

Afastado do Partido Republicano Rio-grandense desde a Revolução Paulista de 1932, Flores da Cunha acabara de fundar no seu Estado o Partido Republicano Liberal (P.R.L.), enquanto a Frente Única (P.R.R. e P.L.) se mantinha em oposição ao governo estadual e ao governo central, tendo em vista que a Assembléia Constituinte, um dia antes de promulgar a Nova Constituição, de forma indireta e irregular elegera Vargas presidente da República.

Diante desse difícil quadro político houve pelo menos uma tentativa de aproximação. Partiu de Vargas a iniciativa, transmitindo a COLLOR, por intermédio do gal. Góes Monteiro, o convite para uma entrevista. De acordo com o relato de COLLOR em seu "Manifesto à Frente Única e ao Rio Grande do Sul", datado de 14 de novembro de 1936, não foram satisfatórios os resultados dessa conversa, realizada à noite no Palácio Rio Negro em Petrópolis. ("Discursos e Manifestos", Gráfica da Livraria do Globo, P. Alegre, 1937).

Pouco adiante, por sua vez, tomou Flores da Cunha a iniciativa de aproximar-se da frente Única Rio-grandense, com a finalidade de unir as forças políticas em seu Estado. Considerando que a divisão dessas forças favorecia as manobras personalistas de Vargas, e que era preciso dar à voz do Rio Grande do Sul maior eco no âmbito nacional, COLLOR concordou com uma "fórmula alta" de pacificação da política estadual, sugerida pelo jurista José Maria dos Santos.

Conquistado para essa solução o Dr. Raul Pilla, presidente do Partido Libertador, e interessado no seu exame o interventor Flores da Cunha, os correligionários de COLLOR, no Partido Republicano, foram também levados a aceitar, em janeiro de 1936, o acordo assinado entre o Partido Libertador (P.L.), chefiado por Raul Pilla, o Partido Republicano Rio-grandense (P.R.R.), ainda sob a orientação de Borges de Medeiros, e o situacionismo estadual, representado pelo Partido Republicano Liberal (P.R.L.).

Como resultado dessa composição política, que se chamou o "Modus Vivendi" e que teve curta duração, tomaram parte no governo do Rio Grande, representando seus partidos, LINDOLFO COLLOR, na Ssecretria das Finanças, e Raul Pilla, na Secretaria da Agricultura.

Mas, dentro do P.R.R., um grupo discordava e, estabelecido um clima de tensão, foi rompido o "Modus Vivendi" em 14 de novembro, como refere um 2º Manifesto dado a público por LINDOLFO COLLOR a 1º de dezembro desse mesmo ano de 1936 (Discursos e Manifestos, idem). Em desacordo com essa atitude da Comissão Central – que, já a essa altura, dirigia o Partido Republicano Rio-grandense em nome do Dr. Borges de Medeiros – à frente de uma corrente dissidente, COLLOR deixa o P.R.R. e funda, a 4 de março de 1937, o Partido Republicano Castilhista, que pretendia reaproximar-se das suas fontes autênticas, ou seja, a doutrina de Júlio de Castilhos.

Enquanto o P.R.R. voltava a apoiar o governo central, o P.L., o P.R.C. e o P.R.L. permaneceram firmes na sua atitude de oposição e fiéis na sua aliança com os paulistas, a quem se sentia COLLOR grande devedor depois da frustração de 1932.

Ao aproximar-se a sucessão presidencial de 1938, ao lado do Partido Libertador, chefiado por Raul Pilla, integrou o Partido Castilhista a "União Democrática Brasileira", que apoiava a candidatura do governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, à presidência da República, enquanto o P.R.R. se filiava à corrente situacionista federal que apoiava o nome do ministro da Agricultura, José Américo de Almeida. Mas foram todos surpreendidos pelo golpe de Estado que em 10 de novembro de 1937 instalou o Estado Novo no Brasil, suprimindo novamente o Congresso Nacional, a Constituição e as eleições já próximas. Apesar de sua propalada decisão de resistir ao governo federal em quaisquer circunstâncias, o governador do Rio Grande, Flores da Cunha, na madrugada de 10 de novembro, deixou a sede do Governo e, utilizando um avião particular, refugiou-se em sua fazenda na fronteira. Seu secreta-

FAR

riado que, havia várias noites, dormia em Palácio à espera dos acontecimentos, foi surpreendido, ao raiar do dia, com a notícia da partida do seu chefe.

Retirou-se então COLLOR com a família para Canela, onde passou o verão de 1937-38 escrevendo sobre a Revolução Farroupilha e a fascinante figura de Garibaldi. Sob o título "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos" foi esse trabalho publicado, pouco depois, pela Editora José Olímpio.

Voltando ao Rio em abril de 1938 para retomar seu posto na diretoria da "Sul América", foi COLLOR preso logo depois do movimento integralista, com o qual não tinha ligação alguma, como também qualquer ligação nunca tivera com o levante comunista de 1935. Em fins de outubro, depois de mais três prisões sucessivas na Polícia Militar, na Casa de Correção e no Hospital Militar (devido à lesão cardíaca de que era portador), através do delegado Caneppa, da 4ª Delegacia, recebeu ordem do chefe de Polícia, cel. Filinto Müller, para deixar o Brasil dentro de 24 horas. Indagando sua esposa ao então delegado da Ordem Política e Social, capitão Batista Teixeira, qual a razão daquela medida, obteve a seguinte resposta: "Não temos nenhuma acusação contra ele, mas o nome de seu marido é uma bandeira e o governo precisa tê-lo sob custódia num momento como este".

Ao mesmo tempo em que saíam para o exílio, por Santos e Salvador, os líderes udenistas Armando de Salles Oliveira e Otávio Mangabeira, embarcou COLLOR no Rio, em novembro de 1938, com destino à Alemanha, onde era esperado por amigos que tentavam interessá-lo em transações comerciais. Não era seu destino, porém, realizar-se no terreno dos negócios. Bom conhecedor da língua alemã, usada na zona colonial em que nasceu, COLLOR aproveitou sua estada em Berlim para acompanhar os preparativos de guerra do Füher, então em plena efervescência, e procurar penetrar as razões do fenômeno hitlerista. Enviou suas observações em uma série de artigos para o "Diário de Notícias" do Rio, cujo diretor, Orlando Dantes, era seu grande amigo, como bom amigo seu também era Assis Chateaubriand, sócio majoratário da Sociedade Anônima "O Jornal", de cuja diretoria COLLOR fazia parte, ao lado do mesmo Chateaubriand, de Gabriel de Andrade e de Rodrigo de Mello Franco. Mas o famoso DIP estava atento para impedir qualquer pronunciamento contrário às ditaduras européias. Assim, alguns dos artigos condenatórios do totalitarismo nazista não

puderam sair a público, dada a crescente aproximação entre o governo brasileiro e o eixo Roma–Berlim, o que permitiu à Embaixada Alemã no Rio de Janeiro fazer sentir ao Ministério das Relações Exteriores seu desagrado diante das publicações de COLLOR, contrárias ao regime nazista.

Em janeiro de 1939 transferiu-se COLLOR da Alemanha para Paris, onde o foi encontrar sua família. Até a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1939, enviou de Paris para o "Diário de Notícias" suas observações sobre o desenrolar dos acontecimentos europeus de pré-guerra. Mais tarde esses artigos foram reunidos em livros sob os títulos "Europa 1939" (Emiel Editora, Rio, 1939) e "Sinais dos Tempos" (Epasa, Rio, 1942). Este último chegou às livrarias no dia do seu falecimento.

Quando a Alemanha invadiu a Polônia e se tornou provável a invasão da França, COLLOR transferiu-se com a família para o Sul da França e depois para Portugal, onde estaria menos exposto, desde que o fato de haver escrito contra o regime hitlerista o colocara na lista negra da ditadura alemã, e informações a respeito das opiniões antinazistas de COLLOR, fornecidas pelo embaixador alemão no Rio, constaram de uma nota distribuída às repartições competentes pelo governo do Reich. Depois de uma curta etapa em Lisboa, para efetuar o casamento de sua filha mais velha, Leda, com o jornalista alagoano Arnon de Mello, COLLOR passou a residir em Baltar, pequena aldeia perto da cidade do Porto, na quinta onde lhe fora oferecida hospedagem por seu amigo, o comendador português Pereira Inácio, residente no Brasil. A ele, aos Diários Associados, ao "Diário de Notícias", à Sul América, durante os últimos dez anos de sua vida, em que esteve sempre no ostracismo, COLLOR deveu sua subsistência, pois sempre foi homem de poucos recursos, que vivia do seu trabalho. Nada tinha de seu além de uma casa em São Leopoldo, que oferecera à sua mãe por volta de 1935, e um apartamento adquirido em 1937 para sua residência no Rio. Pouco antes do seu falecimento desfez-se desse imóvel a fim de comprar a Chácara N. S. das Graças, de Ildefonso Simões Lopes, na Rua Indiana, no Cosme Velho, para onde pretendia mudar-se logo que nela pudesse fazer algumas adaptações.

Por fim, meses depois do nascimento do seu primeiro neto no Rio, por interferência pessoal de Batista Luzardo e de João Daudt de Oliveira, presidente da Associação Comercial e grande amigo

FARN

tanto de Vargas como de COLLOR, teve este autorização para voltar ao Brasil.

No Rio iniciou-se com seu genro no comércio imobiliário, no qual não teve êxito, entretanto, não só porque lhe faltasse experiência nesse terreno, como também porque novamente, durante aquele ano, foi preso duas vezes, como sempre, sem qualquer justificativa. Uma delas foi conseqüência de uma entrevista dada a Francisco de Assis Barbosa, então jovem repórter de "Diretrizes", semanário pertencente a Samuel Wainer, em que COLLOR definia seu repúdio a qualquer tipo de ditadura.

Em setembro de 1942, atacado de pneumonia e apesar de atendido pelo renomado clínico Pedro da Cunha, veio a falecer no Palace Hotel, na Avenida Rio Branco, onde estava hospedado desde que vendera seu apartamento para comprar a casa na Rua Indiana. O velório se fez no salão nobre da ABI, então sob a presidência de Herbert Moses.